

MANUAL DA INCOMPETÊNCIA



Mariana Vieira da Silva
politica@expresso.impresa.pt

Tudo está errado na contrarreforma laboral lançada no passado mês de julho.

Errado nos pressupostos, na justificação, na metodologia, no conteúdo e na execução. Parece quase impossível um processo com tantos erros de gestão política, tanta arrogância e tanta insensatez.

Nunca o tendo afirmado explicitamente no programa eleitoral, o Governo inclui no seu programa de governo a intenção de mudar profundamente a legislação laboral. E quando, em julho, apresenta a revisão, não o faz, como é habitual, apresentando qualquer enquadramento quanto aos objetivos, aos princípios e aos contributos para a economia portuguesa e para a sua competitividade. Apre-

senta um conjunto alargado de alterações, todas elas no sentido da desproteção dos trabalhadores, sem qualquer sinal de procura de equilíbrio e sem apresentar as razões para esta mudança.

Ora, num contexto em que o emprego está em máximos, há menos 700 mil precários, e os salários sobem é particularmente revelador que o Governo não tenha sido capaz de apresentar um único argumento que justifique medidas como o aumento da duração dos contratos a prazo, o regresso do banco de horas individual, a facilitação dos despedimentos ou a descriminalização do trabalho não declarado. O Governo da AD volta à sua velha teoria de que só a desregulação pode melhorar o emprego e a economia, ignorando que foi precisamente com a legislação que agora querem revogar que a nossa economia mais cresceu, mais atraiu investimento direto estrangeiro, que o peso das exportações atingiu um recorde, que criou mais empregos, com melhores salários e mais direitos.

As dimensões de método desta contrarreforma são aquelas em que os erros acumulados mais impressionam. Depois da apresentação, passam-se meses sem qualquer reunião, durante os quais a ministra Palma Ramalho nada acrescenta, a não ser que aprovará estas medidas com ou sem acordo, e os temas colocados pela UGT ficam meses sem resposta. Quando essa resposta chega, não apresenta aproximações relevantes e acrescenta dimensões inaceitáveis para os sindicatos. O que acaba por contribuir para uma greve geral convocada por ambas as centrais sindicais, algo que não acontecia há mais de uma década. O Governo apouca e ridiculariza a greve, os sindicatos, em particular a UGT, sem ter compreendido que esse foi um momento de viragem para a imagem da sua capacidade política e para o desenrolar das eleições presidenciais, que culminou na eleição de António José Seguro, que apresenta o acordo em sede de concertação e a aproximação a algumas posições da UGT como cruciais.

É precisamente quando, depois das eleições presidenciais e de semanas de má gestão das catástrofes, o Governo mais precisava de recuperar iniciativa política que a ministra do Trabalho dá a prova derradeira da sua inabilidade política. Marca uma reunião (fora da concertação social e sem incluir a CGTP) sem confirmar a disponibilidade dos participantes, a UGT manifesta a sua indisponibilidade para aquela data, a reunião é teimosamente mantida e o Governo fica a falar sozinho, porque os representantes das associações patronais compreenderam a perversidade deste processo para um entendimento que obviamente desejam. Uma ministra que nem para marcar uma reunião mostra flexibilidade nunca terá capacidade para levar a bom porto um processo negocial.

E é este o grande problema de Montenegro. Governa com uma arrogância para a qual não tem a maioria, sem liderança, com ministros que se atrapalham e sem um rumo que se veja. E nem passaram dois anos.